

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do seu real propósito, assim como dos seus financiadores – CPIMST

REQUERIMENTO Nº DE 2023

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do executivo sênior da executiva sênior da TIAA, Justino Ourso.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão seja CONVOCADO, como testemunha, do executivo sênior da TIAA, Justino Ourso para comparecer em sessão nesta comissão.

JUSTIFICAÇÃO

O site da Agência Pública divulgou na data do dia 22/05 matéria com o título: Cosan e fundo de pensão dos EUA compraram terras de acusados de grilagem no Brasil

“A **Agência Pública** e a OCCRP tiveram acesso a mais de 100 GB de arquivos da Cosan S.A., incluindo documentos de venda, registros de compra de terra e documentos legais, além de auditorias internas, apresentações e e-mails que revelam como a gigante brasileira da indústria de açúcar e a Teachers Insurance and Annuity Association of America (TIAA) abriram diversas empresas de propriedade conjunta e passaram a comprar terras no Brasil – muitas destas de pessoas investigadas ou acusadas de grilagem.

Os arquivos foram disponibilizados para download pelo grupo de ativistas Distributed Denial of Secrets e analisados em conjunto com dados do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) obtidos pela reportagem. Uma das planilhas vazadas lista mais de mil lotes comprados conjuntamente pela Cosan e pela TIAA, que gerencia fundos de pensão bilionários de professores e servidores públicos dos EUA, entre 2008 e 2018.

Ao longo dos anos, as duas abriram diversas empresas em conjunto, sendo as principais a Radar Propriedades Agrícolas S.A., Tellus Brasil Participações S.A., Janus Brasil Participações S.A. e Radar II Propriedades Agrícolas S.A. A partir destas, surgiram dezenas de empresas menores, denominadas como “sociedades de propósito específico”, por meio das quais a TIAA e a Cosan adquiriram seu crescente portfólio.



Essa estrutura societária possibilitou à TIAA e à Cosan cortar tributos e abrir brechas nas leis que limitam a compra de terras por estrangeiros no Brasil.

Boa parte das propriedades se encontra [na região do Matopiba](#) — que se estende por territórios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia —, apontada como a nova fronteira do agronegócio.

É o caso da fazenda Parceiros, localizada no oeste da Bahia e uma das primeiras aquisições da dupla no Cerrado. Um e-mail do final de 2016 mostra como executivos da TIAA estavam preocupados que uma disputa judicial pelas terras que ameaçava chegar aos jornais viesse a envolver o nome do fundo em denúncias de grilagem.

A Radar Propriedades Agrícolas S.A., *joint venture* entre a TIAA e a Cosan, negociou a fazenda com dois proprietários — ao mesmo tempo. Segundo um e-mail escrito por Duane Nelson, então vice-presidente executivo da empresa de administração de fazendas da TIAA, esta havia buscado “se assegurar” ao negociar com ambas as partes. No entanto, pouco tempo depois, um cartório de registro de terras cancelou um dos títulos, alegando que ele se baseava em documentos fraudulentos, e a disputa entre os dois vendedores se acirrou novamente.

“Apareceram acusações em um jornal de São Paulo, e talvez seja questão de tempo até o nome da Radar aparecer no jornal como tendo negociado com um suposto grileiro”, escreveu Nelson em um e-mail a executivos em novembro de 2016.

Outro executivo sênior da TIAA, Justin Ourso, respondeu a Nelson alertando que a compra da Parceiros tinha sido apresentada a investidores como um exemplo de “como podemos usar nossa forte perspicácia de estruturação para resolver questões complexas”. “Eu sei que o grupo tem ciência da sensibilidade em torno da questão da ‘grilagem’. A TIAA não pode ser pega de surpresa com relação a essas acusações novamente. Precisamos olhar outros negócios antigos para averiguar outros possíveis problemas?”, questionou.

Não é possível saber pela troca de e-mails se a TIAA ou a Cosan buscaram examinar possíveis problemas em suas aquisições de terras conjuntas, mas os documentos obtidos pela reportagem mostram que havia muito mais a ser descoberto.

O modelo de grilagem de terras se repete envolvendo grandes empresas a oitiva do indicando pode contribuir na compreensão da extensão desses crimes.

Para tanto solicitamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões,

de 2023.

Dep. NILTO TATTO (PT/SP)

Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)



Dep. PAULO (PT/AL)
Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)
Dep. CAMILA JARA (PT/MS)
Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)
Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)
Dep. MARCON (PT/RS)

Apresentação: 24/05/2023 10:00:16.177 - CPIMS

REQ n.133/2023





Requerimento **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do executivo sênior da executivo sênior da TIAA, Justino Ourso.

Assinaram eletronicamente o documento CD234095630700, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Paulão (PT/AL) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Padre João (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV

